

Portaria de Evolução Funcional

SINESP critica o governo e mostra os problemas da Portaria editada - Pág. 3

Seminário sobre terceirização

SINESP participou do evento sobre a terceirização no Brasil - Pág. 8



Sinesp

Jornal

Sindicato independente e de luta
Filiado a: ANPAE, DIEESE, MOSAP, DIAP

Publicação do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo Nº 224 / Agosto de 2014

Audiências Públicas do PME exigem participação

SINESP chama os Gestores Educacionais a se envolverem nos debates, com destaque para o tema Gestão Democrática - Pág. 7

Retrato da Rede e ISEM 2014 são apresentados em reunião de RELTs

SINESP também entregou e discutiu documento com o Secretário de Educação, com reivindicação de soluções - Candidatos ao Senado apresentaram propostas para a Educação - Leia nas págs. 4 e 5

Foto: Diretoria do SINESP



O Senador e candidato Suplicy apresenta suas propostas

Encontro de Aposentados em Araxá, Minas Gerais

No mês de novembro

Maiores detalhes no próximo Jornal do SINESP

18º CONGRESSO do SINESP

TransFormar

A Educação na contemporaneidade pede mudanças

23 a 26/setembro/2014

Teatro Gazeta, Av. Paulista, 900, das 9h00 às 17h00

Palestrantes confirmados:

Antônio Nóvoa - Bernard Chariot - Max Haetinger

Apresentação de trabalhos Pedagógicos no Congresso

- Os filiados inscritos no 18º Congresso poderão divulgar os Projetos Pedagógicos de suas Unidades através de pôsteres.
- As inscrições de trabalhos devem ser feitas entre 04/08 e 12/09 pelo email sinesp@sinesp.org.br, especificando como assunto "pôster/congresso".
- Será aceito um pôster por Unidade Educacional e serão entregues certificados aos expositores dos trabalhos.
- No pôster deverá constar: a) título do trabalho; b) nome dos autores; c) identificação da Unidade Educacional; d) e-mail para contato.
- Os pôsteres terão no máximo 0,90 m de largura por 1,20 m de altura e um cordão na parte superior para fixação no painel de exposição.
- Os inscritos receberão mensagem eletrônica com os detalhes da exposição.

Inscrições

De 25/08 a 17/09/2014

On-line pelo site www.sinesp.org.br

Investimento: Filiados-R\$ 80,00

Não filiados-R\$ 160,00

(só palestras e conferências)

Dispensa de ponto:

Portaria 7.290, de 30/12/2013

Estacionamento: Paulista Park

Av. Paulista, 620/648,

2º subsolo - R\$ 15,00



SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Expediente

Jornal do SINESP é uma publicação do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo. Responsabilidade da diretoria.

Diretoria

Presidente

João Alberto Rodrigues de Souza

Vice-Presidente

Maria Benedita de Castro de Andrade

Secretário Geral

Luiz Carlos Ghilardi

Vice-Secretária Geral

Marisa Lage Albuquerque

Diretora de Administração Financeira

Eliana Mandarino Garcia Bonastre

Vice-Diretora de

Administração Financeira

Maria de Fátima Lordelo Lopes (Licenciada)

Diretora para Assuntos de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados

Egle Prescher Iaconelli

Vice-Diretora p/ Assuntos de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados

Aparecida Benedita Teixeira

Diretora de Eventos Educacionais

Marilva Silva Gonçalves

Vice-Diretora de Eventos Educacionais

Neuza Maria Canile Hartman

Diretora Cultural

Alairse Vиви

Vice-Diretora Cultural

Rosana Capputi Borges

Diretora de Imprensa

Marilza Gomes da Gama e Silva

Vice-Diretor de Imprensa

Rui Ferreira da Silva Junior

Diretora de Políticas Sociais

Norma Lúcia Andrade dos Santos

Vice-Diretora de Políticas Sociais

Janete Silva de Oliveira

Diretora de Organização Sindical

Ana Maria Dünkel Bonalumi

Vice-Diretor de Organização Sindical

Marivaldo dos Santos Souza

Conselho Fiscal

Titulares: Mabel Skiet do Nascimento; Márcia Helena Gargiulo Krause; Maria Cristina Ribeiro

Suplentes: Lídice Neyde da Silva Astrini; Rosalina Rocha de Miranda; Arlete Marques Barbosa

Produção

Redação, Edição, Diagramação: José Bergamini,

Jornalista responsável - MTB 23.668

Redação, Revisão e Pesquisa: Marilza G.

Gama e Silva, Aparecida B. Teixeira e Rui

Ferreira da Silva Júnior

Impressão: Formacerta (3672 2727)

Tir.: 6.400 exemplares

Endereço

Pça. Dom José Gaspar, 30, 3º andar Centro - São Paulo/SP - CEP 01047-010

E-Mail: sinesp@sinesp.org.br

Site: www.sinesp.org.br

Fone/Fax

(11) 3255 9794

Editorial

Retrato da Rede e ISEM: para romper a indiferença

Uma das mais importantes frentes de atuação do SINESP na defesa de sua base é a elaboração anual do ISEM, Índice SINESP da Educação Municipal. Trata-se da avaliação que os Gestores Educacionais fazem das políticas do governo, atribuindo-lhe uma nota de zero a 1, sendo zero a pior situação e 1 a melhor.

A avaliação é feita pelos Representantes de Local de Trabalho, na reunião em que elegem, ao início de cada ano, o Conselho de Representantes. Na ocasião, eles respondem ao questionário Retrato da Rede, que serve de base para a elaboração do ISEM, composto por seis indicadores: gestão de pessoas, apoio técnico da SME, capacitação, ambiente físico e equipamentos, saúde e violência.

A partir dos dados colhidos e tabulados, elaboramos análises e conclusões nas esferas política

e administrativa da Educação Municipal. Neste ano, entre os indicadores analisados na série histórica, percebe-se uma piora na saúde do trabalhador e na gestão de pessoas.

Mais de 90% dos entrevistados trabalhou no último ano com dores ou febre; 77% sentiram fadiga, cansaço, dores de cabeça; nervosismo, ansiedade e angústia envolveram mais de 1/3 da categoria (37,6%), sintomas clássicos da Síndrome de Burnout.

Outra constante é a piora das condições de trabalho ao longo dos anos, situação que degrada gradativamente todo o quadro funcional.

O ISEM também mostra que a gestão dos quadros da Educação se faz de forma precária: os módulos de funcionários estão incompletos e a situação piora de ano a ano. Os módulos mais incompletos são os

de docentes (46,5% das respostas), e equipes de apoio (20,3%). Aqui temos uma causa do esgotamento dos profissionais da RME. Módulo incompleto significa sobrecarga de trabalho e desvio de função.

Fator relevante é que, pela primeira vez, a série histórica do ISEM permite a comparação de desempenho de diferentes governos: o final do governo Gilberto Kassab e o início do governo Fernando Haddad. Tanto um como outro patinam ao redor de um quarto da nota máxima possível. O governo Kassab, em seu último ano, decaiu 1/3 de sua avaliação anterior e obteve nota 0,22%. Foi superado em muito pouco pelo primeiro ano da gestão Haddad, com 0,25%.

O governo tem, portanto, muito a avançar para dar aos paulistanos a educação de excelência, à altura da importância de São Paulo.

A revista do Retrato da Rede/ISEM 2014 será distribuída a

todos os filiados do SINESP, aos Vereadores, Conselhos da cidade, Comissão de Educação da Assembleia Legislativa Estadual, Fóruns Municipal e Estadual de Educação. O SINESP incentiva as equipes gestoras das Unidades Educacionais a divulgarem o documento nos Conselhos de Escola, APMs e Grêmios, numa forma de conscientizar a população e alia-la aos Educadores na pressão por Educação de qualidade na nossa cidade.

O Secretário Cesar Callegari recebeu o documento. Reconheceu sua importância e comprometeu-se com a solução dos problemas apontados.

Com o Retrato da Rede/ISEM 2014, o SINESP se empenha mais uma vez em dar voz aos Gestores Educacionais, em romper a indiferença dos governos para com as demandas urgentes da Educação Municipal.

Abertura de Ação Judicial para aposentados

Pela inclusão nas duas referências acrescidas à Carreira do Magistério (QPE 23 e QPE 24)

Adesões de 16 de outubro a 28 de novembro, das 10h00 às 16h00

Comparecer à sede do SINESP para assinar a procuração, trazendo cópias do RG, CPF, publicação da aposentadoria no DOC ou Título de Aposentadoria

Mesa Setorial de Educação

SINESP critica duramente a Portaria de Evolução Funcional editada pelo governo

O Sindicato deixou clara a revolta dos Gestores Educacionais com a regulamentação das duas referências acrescidas à Carreira do Magistério

Nesta reunião da Mesa Setorial de Educação, realizada no dia 1º de agosto, o SINESP foi representado pelo seu Presidente João Alberto Rodrigues de Souza e pelo Secretário Geral Luiz Carlos Ghilardi. Em sua intervenção, João criticou duramente a Portaria 4.291, de 30 de julho de 2014, que estabelece procedimentos para o enquadramento por Evolução Funcional. Segundo o Presidente do SINESP, a forma como vem sendo feita a regulamentação das duas referências acrescidas à Carreira do Magistério caracteriza-se como:

Autoritária, pois não ouviu os Educadores, através de suas Entidades representativas.

Incoerente, pois cria perfis completamente divergentes de profissionais. A desastrosa regulamentação proposta unilateralmente pelo governo transforma a RME em “retalhos municipais de educação”, uma vez que estabelece critérios diferentes para acessar na Carreira até o QPE 22, e posteriormente para as duas últimas referências acrescidas.

Cruel, pois excluiu, pela primeira vez na história do Ensino Municipal, os Aposentados e Pensionistas, que ficaram desamparados por uma opção política do governo Haddad. A não inclusão nas duas referências provoca um desestímulo ao ingresso na Carreira do Magistério. A quebra na Carreira será a marca registrada deste governo. A Portaria também mantém excluídos os Profissionais de Educação que detêm o tempo anterior ao ingresso na Carreira.

Illegal, pois desconsidera os títulos

O SINESP continuará lutando:

- Por mudanças na regulamentação das duas referências.
- Pela inclusão de aposentados e pensionistas nas referências acrescidas à Carreira do Magistério.
- Contra o desmonte lento e sistemático da Carreira do Magistério, como vem fazendo este governo.

anteriores à publicação da Lei 15.963/14 (que não prevê esta desconsideração) e o Decreto 55.310/14, que determina expressamente a validade dos títulos obtidos na última referência do Servidor. Diante disso, as 2 referências são enganosas com uma promessa de salário inatingível.

Desmotivadora, pois coloca a ênfase em títulos obtidos fora do ambiente escolar.

Golpe baixo

João criticou também a Portaria 4.292/14, que ao instituir na SME o programa “Inovações Pedagógicas e de Gestão na Rede” possibilita o desenvolvimento de projetos apenas aos Gestores Educacionais que se encontram no QPE 22 e aos Docentes nas últimas referências atuais. Assim, exclui desse programa todas as Unidades Educacionais em que os Profissionais de Educação ainda não estejam nas últimas referências. É um golpe baixo contra as Unidades da periferia.

Governo quer atrelamento

O Presidente do SINESP criticou ainda a organização da oferta de formação contida na Portaria 4.292/14. Segundo João, o artigo 18 é uma mancha na história do Ensino Municipal, pois tenta atrelar a formação sindical às rédeas do governo: “os cursos, eventos e programações desenvolvidos pelas instituições parceiras, no exercício de sua autonomia, não contemplados pelas diretrizes e editais no âmbito do CEU-FOR não serão objeto de homologação e validação para fins de Evolução Funcional”, diz o artigo.

Ou seja, se não houver publicação de edital, o que é comum nas transições de governos, não haverá formação pelos Sindicatos. Além disso, se o governo quiser “economizar” às custas dos salários dos Servidores, basta postergar a publicação dos editais. Por fim, força os Sindicatos a concorrer com outras “entidades parceiras” na seleção prevista pelos editais.

Duas referências: SINESP exige mudanças

O Presidente do SINESP, João Alberto Rodrigues de Souza, e o Secretário Geral, Luiz Carlos Ghilardi, foram recebidos no dia 13 de agosto de 2014 pela Assessoria Técnica de Planejamento - ATP.

Esse encontro teve como objetivo a defesa dos motivos apresentada no ofício do SINESP, que aponta a necessidade de alterações nas Portarias 4.291 e 4.292, de 30 de julho de 2014, que regulamentaram a Evolução Funcional para enquadramento nas 2 novas referências.

Após negociar possíveis pontos de atendimento das reivindicações do SINESP a ATP concordou em elaborar 2 propostas de alteração e encaminhá-las ao Secretário Municipal de Educação Prof. Cesar Callegari.

São elas:

1) Alteração do parágrafo único, do artigo 4º, da Portaria 4.291/14, para a mesma redação da alínea a, do art. 7º, do Decreto 55.310, de 18 de julho de 2014. Assim, ficaria mantida a pontuação dos títulos previstos no Decreto que tenham sido obtidos após o último enquadramento.

2) Ampliação das referências no artigo 1º da Portaria 4.292/14, permitindo que mais escolas possam participar do Programa “Inovações Pedagógicas e de Gestão na Rede”.

O SINESP continua em luta e vigilante para que as mudanças sejam efetivamente realizadas.

Veja no site do SINESP as ponderações feitas na Mesa Setorial de Educação e em SME através do ofício 069/14.

Organização e Luta

RELTs recebem Retrato da Rede e ISEM 2014 e conhecem propostas de candidatos ao Senado para a Educação Pública

Com extensa pauta, a Diretoria do SINESP reuniu-se com os Representantes de Local de Trabalho no dia 22 de agosto, no Teatro Gazeta

Na reunião foi apresentada oficialmente o resultado da pesquisa Retrato da Rede 2014, bem como a nota dada pelos Gestores Educacionais ao governo Haddad (ver editorial deste Jornal do SINESP).

Em cumprimento a determinação de Congressos da categoria, o SINESP convidou candidatos ao Senado para apresentação de suas propostas para a Educação. Compareceram representantes das candidaturas de Gilberto Kassab e José Serra. O candidato à reeleição Eduardo Suplicy compareceu pessoalmente.

Lançamento Retrato da Rede- ISEM

Coube a João Alberto Rodrigues de Souza, Presidente do SINESP, e a Rudá Ricci, Assessor Sindical, a apresentação à RME do Índice SINESP do Ensino Municipal- ISEM.

Há três anos o ISEM se consolidou na forma de um índice de avaliação das políticas da Educação no Município de São Paulo.

Na apresentação dos dados, João enfatizou que os governos não atingem mais que um quarto da nota máxima, que seria 1. “Saúde é o ponto mais fraco e preocupante, sem garantia de nenhuma política de prevenção para os Servidores”, disse ele.

Em segundo lugar, com

dados preocupantes, João apontou a Gestão de Pessoas, com módulos de funcionários incompletos em muitas DREs.

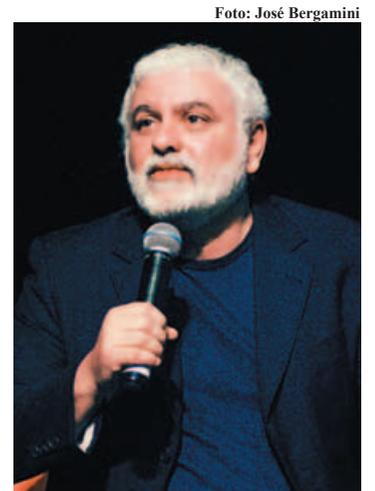
“O SINESP, através do ISEM, mostra que as Unidades não fogem de suas responsabilidades”, falou João, “mas o governo, através de sua política educacional tem também que assumir a sua parte, que deve ser apontada com exigência de soluções”.

Rudá Ricci afirmou que com o ISEM, o SINESP cria outro estilo de ação sindical, mais assertivo, mais técnico. Denunciou que o índice vem revelando a cultura conservadora dos governos municipais, que não se altera. “Através do ISEM os governos vêm mos-

trando sua lógica de gestão, sua cultura conservadora, que muda apenas o nome dos programas, mas que não interfere no dia a dia das unidades, não resolve os problemas que os Gestores Educacionais apontam”.

Segundo Rudá, isso mostra ausência de escuta institucional, problema que se amplia quando a questão é a Saúde do Trabalhador. “A Síndrome de Burnout espregueia uma categoria que administra desvio de funções, falta de funcionários; 90% de Gestores afirmam que trabalharam com dor ou febre, fadiga, nervosismo e ansiedade”.

Visando a melhoria dos índices, Rudá sugeriu que o governo



Rudá Ricci

adote “uma agenda de política do cuidado, com escuta qualificada, coordenação pedagógica alinhada, ambiente de trabalho humanizado, comunicação interna eficiente, que proporcione aos Servidores bem estar, saúde corporal e mental”.

Propostas dos candidatos ao Senado

Alexandre Schneider, ex-secretário de Educação do Município e candidato a Deputado Estadual, compareceu representando o **candidato ao Senado Gilberto Kassab**, do PSD.

Seu desejo é, eleito Senador, ter o mesmo diálogo com os Educadores que teve como Prefeito da capital. Também lutará por política clara de salários,



Alexandre Schneider recebe o Retrato da Rede do Diretor do SINESP Marivaldo Souza

escola de tempo integral, concurso para os cargos da Carreira do Magistério, contra a eleição para esses cargos, que, na visão de Schneider gera muitos problemas. “O Brasil precisa dar um passo além da eleição, e discutir como aprimorar o concurso público, forma mais republicana de pro-

vimento dos cargos”, disse ele.

Lembrou também que a gestão Kassab garantiu o recesso para os CEIs, medida que provocou ações contrárias na justiça. “Precisamos educar os pais para que vejam a importância de conviver com seus filhos. Férias para os CEIs, não se trata de medida corporativa, mas de direito da criança ao convívio familiar, que deve ser garantido pela sociedade, pela família e pelo Estado”, disse ele.

Schneider destacou quatro pontos com os quais o candidato Kassab se comprometerá no Senado: acompanhar a implantação do Plano Nacional de Educação em todos os Estados; vigilância à aplicação dos recursos em âmbito nacional, principalmente aqueles destinados à Educação; valorização dos profissionais de Educação e projetos que visem melhoria das condições de trabalho e ensino-aprendizagem.

Organização e Luta

Bruno Caetano, superintendente licenciado do Sebrae e candidato a Deputado Estadual, representou o **candidato a Senador José Serra**, do PSDB.

Lembrou a trajetória de Serra na vida pública, como Secretário do governo Montoro, Deputado Constituinte, Ministro da Saúde, Governador, Prefeito de São Paulo, e agora candidato ao Senado. Como Prefeito, em 2005, venceu o desafio de acabar com mais de 50 “escolas de lata” na capital, que com determinação desativou em 18 meses. Implantou o programa “Ler e Escrever”, com novas ferramentas pedagógicas.

“Como homem público, Serra sempre foi conhecido pela capacidade de trabalho e pela cobrança de resultados no enfrentamento dos problemas”, disse Bruno.

Bruno elencou o que a Constituição Federal dita como papel do Senador na defesa da educação. “Não é construir escolas, criar programas pedagógicos, mas seu papel fundamental é: aprovar empréstimos para Estados e Municípios, podendo garantir investimentos

mais rápidos e precisos; estabelecer limites para a dívida pública. A PMSP tem alto endividamento, sendo pago com regras feitas há muito tempo atrás, antes mesmo do Plano Real. Como os critérios de pagamento desta dívida não foram alterados, ela só aumenta. Um Senador que conheça e se empenhe em mudar essas regras, como Serra, pode ajudar nesta questão. Outra atribuição exclusiva do Senador é estabelecer critérios para os impostos. São Paulo perde milhões na guerra fiscal. Empresas abandonam o Estado buscando impostos mais baixos, há perda de arrecadação, e dinheiro não arrecadado representa menos investimento em Educação, Saúde, Segurança, enfim, necessidades urgentes da população.”

O **Senador Eduardo Suplicy (PT), candidato à reeleição**, começou com uma homenagem aos escritores recém falecidos João Ubaldo Ribeiro, Ariano Suassuna e Rubem Alves.

Sobre o provimento dos cargos de Diretor de Escola, afirmou ser favorável a uma combinação de escolha dos Gestores com interação de pais, professores e alunos, aliada ao mérito. “Combinar o processo de gestão democrática com a boa qualificação, por concurso público”, segundo suas palavras. Declarou-se também favorável a se definir quanto tempo de gestão terá esta pessoa, com possibilidade de ser reconduzido à função.

Suplicy rememorou sua experiência como professor, aliada à vida pública, como Vereador, Presidente da Câmara Municipal, e como primeiro Senador eleito pelo seu partido, o PT.

No Senado, luta pela expansão do ensino em tempo integral. Se colocou à disposição para ir às Unidades ministrando palestras sobre os assuntos aos quais está mais

Outro ponto de alerta para o Senado é que, com a aprovação do Plano Nacional de Educação, aumentou a participação da União na Educação do Brasil. Com a aprovação no PNE do Custo Aluno Qualidade, o incentivo dobrará. Isso requer fiscalização constante, para que não haja “contabilidade criativa” ou “maquiagem” dos números. “Fiscalizar os recursos que devem vir para São Paulo é a prioridade do Serra”, finalizou Bruno Caetano.



Bruno Caetano folheia o Retrato da Rede

Foto: José Bergamini



Suplicy também recebeu o Retrato da Rede

Foto: José Bergamini

SINESP entrega o Retrato da Rede e ISEM 2014 a SME

Para o Secretário de Educação Cesar Callegari, a pesquisa promovida pelo SINESP é de suma importância

Fotos: Diretoria do SINESP



Diretoria e Conselheiras do SINESP em reunião com o Secretário



Na entrega, João Alberto Rodrigues de Souza, Presidente do SINESP detalhou as variáveis analisadas na pesquisa promovida anualmente pelo Sindicato: saúde do trabalhador, gestão de pessoas, apoio técnico da SME, capacitação, violência e ambiente físico e equipamentos.

O Secretário Cesar Callegari reconheceu a importância da pesquisa promovida pelo SINESP e comprometeu-se a ampliar o diálogo com o Sindicato na busca de soluções para os problemas apontados.

Assista no site do SINESP o depoimento do Secretário.

afeito: renda básica para a cidadania, funções de um Senador da República, etc.

Organização para a luta

SINESP contra o subsídio

Audiência Pública põe em debate o PL 312/2014

A Audiência Pública realizada no dia 13 de Agosto de 2014, na Câmara Municipal, foi convocada pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa para discutir o Projeto de Lei 312/2014. Esse PL dispõe sobre a criação do Quadro de Analistas da Administração Pública Municipal, Plano de Carreiras, reestruturação de Cargos e Funções do Quadro de Pessoal do Nível Superior instituído pela Lei 14.591/2007, e institui o respectivo regime de remuneração por Subsídio.

O SINESP participou dos debates, pela importância do tema, com seus Dirigentes Sindicais Egle Prescher Iaconelli e Rui Ferreira da Silva Júnior,

Com o plenário lotado, munidos de faixas, os Servidores Municipais de São Paulo mostraram sua indignação e descontentamento com o Governo de Fernando Haddad que mais uma vez descumpra suas promessas encaminhando esse nefasto Projeto de Lei sem uma discussão prévia com a categoria, desmoralizando o Sistema de Negociação Permanente (SINP) que aponta a discussão dos interesses dos servidores municipais nas respectivas mesas de negociação.

A maioria presente na Audiência Pública rejeitou o Projeto de Lei 312/2014, pois congela os salários de todo o funcionalismo a partir da remuneração feita por subsídio.

Tanto o PL 312/2014 quanto o Projeto de Lei Ordinária (PLO) 03/2014, que altera a Lei Orgânica do Município, para abrigar judicialmente o conceito do subsídio municipal, poderão ser considerados inconstitucionais, conforme parecer dos Procuradores da Câmara Municipal.

Essa imposição do Governo não assegura uma política salarial, e um plano de carreira e salários. Tenta dividir a categoria estabelecendo diferentes tipos de remunerações, desconsiderando a experiência acumulada, que deve ser respeitada e valorizada, alterando as regras para que adicionais por tempo de serviço e sexta-parte não sejam contemplados neste projeto.

A Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão Leda Maria Paulani tentou convencer que o Projeto de Lei é uma nova maravilha da Administração Municipal. Chegou a compará-lo com carreiras de Estado, como de Diplomatas e Ministros do Poder Judiciário. Foi vaiada, pois afirmação e comparação são falaciosas. Os Servidores Municipais não chegam nem perto disso. Até o momento a data-base de 1º de maio, tida como referência nas negociações salariais, nem sequer foi cumprida. Qual o índice de reajuste para os Servidores Municipais? Como será feita a reposição das perdas?

Em um gesto simbólico de protesto na tentativa de convencer da inviabilidade do Projeto a Secretária foi mais uma vez vaiada e os Servidores presentes ficaram de costas para ela. Diante do fato, o Presidente da Comissão, o Vereador Antonio Goulart encerrou a Audiência, que teve duas horas de duração.

O SINESP estará presente nos desdobramentos das ações desencadeadas por esse Governo, sempre na defesa do interesse de nossos filiados.



*Movimento Unificado dos Idosos,
Aposentados e Pensionistas
do Serviço Público e do INSS*

União nacional pela PEC 555/06

Foi criado o Movimento Unificado dos Idosos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público e do INSS. Ele surgiu da necessidade de intensificar as mobilizações e reivindicações desse segmento

Histórico

A grande demanda para os Aposentados e Pensionistas do Serviço Público é a aprovação da PEC 555/06, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2006, aguardando a deliberação dos parlamentares. Visa a corrigir uma injustiça cometida na Emenda Constitucional 41/03.

O Projeto inicial de autoria do ex-Deputado Carlos Motta previa a desobrigação integral, imediata, da contribuição previdenciária para Aposentados e Pensionistas. Esse Projeto foi rejeitado. Foi aprovado então, o Substitutivo do Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que institui a desoneração gradativa. Aos 61 anos aposentados e pensionistas pagarão 80% do valor da contribuição, e a cada ano será reduzida 20% até atingir a isenção total aos 65 anos de idade.

Ações unitárias

Na reunião da Comissão

Mobilização unitária

Brasília/DF dia 05/08, na Câmara dos Deputados

Rio de Janeiro/RJ dia 16/08

Porto Alegre/RS dia 21/08

Natal/RN dia 19/09

Representativa das Entidades, realizada no dia 16 de julho, o SINESP foi representado pelo seu Presidente João Alberto Rodrigues de Souza. Nessa reunião foram elencadas várias ações para serem realizadas pelas 250 Entidades apoiadoras em todo território nacional, sendo o Instituto MOSAP o responsável pela centralização das comunicações e deliberações.

A Comissão de Organização

dessas ações contará com as seguintes Entidades: ANFIP, COBAP, MOSAP, SINAIT, SINAL e SINDIFISCO Nacional.

Uma das Campanhas que já vem sendo feita pelo Movimento é a valorização do voto para quem tem mais de 70 anos. Embora facultativo, o idoso tem o dever de influenciar na composição do Congresso Nacional, pois os candidatos têm muito interesse em seu voto.

Foi lançada, também, a 1ª edição do Jornal VAP – Voz do Aposentado e Pensionista, com o objetivo de dar visibilidade para essas pessoas e mostrar sua união e capacidade de resistência.

Uma agenda foi elaborada para mobilização de rua, para dar nitidez a essa causa (veja locais e datas no box acima).

Os filiados do SINESP poderão utilizar as redes sociais (facebook, instagran e twitter) e o telefone 08006196190, para solicitar que a Câmara delibere sobre a PEC 555/06.



facebook/unase.br



@una_se



@movimento_unase

Por Educação Pública de Qualidade

SINESP chama participação dos Gestores Educacionais nas Audiências do PME



Plano Municipal de Educação



A discussão sobre Gestão Democrática no Plano Municipal de Educação ocorrerá em Audiência Pública dia 27 de setembro

O SINESP vem atuando há muitos anos para que a cidade de São Paulo tenha seu Plano Municipal de Educação, que contemple os anseios da sociedade. Por isso, integra o Grupo de Trabalho do Fórum Municipal de Educação de São Paulo, através de sua Vice-Presidente Maria Benedita de Castro de Andrade, Benê, e do Vice-Diretor de Imprensa Rui Ferreira da Silva Júnior.

O Projeto de Lei do PME está na Câmara Municipal para ser debatido e aprovado. A participação dos

Participe das Audiências Públicas Temáticas

Neste momento, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes se dedica ao estudo e a uma nova redação para a Minuta de um Substitutivo ao PL 415/2012 do Plano Municipal de Educação, que corresponda às discussões acumuladas historicamente, desde 2008. Foram programadas as seguintes Audiências Públicas:

- 16 de agosto** - Plenário 1º de Maio, 1º Andar
Apresentação da proposta de **Substitutivo** ao PL 415/2012
- 23 de agosto** - Salão Nobre, 8º Andar
Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Inclusiva
- 30 de agosto** - Plenário 1º de Maio, 1º Andar
Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional
- 13 de setembro** - 09:00 às 12:00 - Salão Nobre, 8º Andar
Valorização Profissional e Educação Superior
- 20 de setembro** - 09:00 às 12:00 - Plenário 1º de Maio, 1º Andar
Educação para os Direitos Humanos
- 27 de setembro** - 09:00 às 12:00 - Auditório Prestes Maia, 1º Andar - Financiamento, **Gestão Democrática** e Regime de Colaboração

**Na Câmara Municipal de São Paulo
(Viaduto Jacareí, 100, Centro São Paulo).
Abertas a todos os interessados.
É só chegar! Programe-se!**

Gestores Educacionais é de suma importância, pois são muito qualificados para apresentar propostas inovadoras para o ensino público e defender a Carreira do Magistério. A discussão sobre gestão

democrática é a mais importante para a categoria, por seu conteúdo e consequências.

Leia a Carta Aberta do Fórum e veja informações históricas no site do SINESP.

Como as escolas podem participar do processo?

Além de divulgar amplamente as informações, por meio de cartazes, boletins, blogs, entre outros meios de comunicação, é fundamental que a equipe gestora escolar, em conjunto com o Conselho de Escola e demais coletivos de que disponha, planeje e viabilize espaços formais e informais para essa discussão no cotidiano escolar.

É imprescindível que as discussões e as propostas ao Plano, realizadas em âmbito local, sejam registradas e posteriormente apresentadas nas Audiências Públicas para amplo debate e conhecimento dos Vereadores.

Documentos que dão subsídios ao estudo e ao debate:

- ✓ Plano Nacional de Educação - Lei 13.005/2014
- ✓ Documento de sistematização da Conferência de Educação da cidade de São Paulo, realizada em junho de 2010
- ✓ Proposta de Substitutivo ao Projeto de Lei 415/2012 do Plano Municipal de Educação, enviado pelo Executivo à Câmara Municipal

Mais informações

<http://www.camara.sp.gov.br/>
<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/>
<http://www.deolhonoplano.org.br/saopaulo>

Agenda do Sinesp

Julho/2014

- 01** - Reunião SINESP / DOT- Cursos de Formação
- 2** - Visita com filiados ao Centro Cultural Banco do Brasil
- 8** - Reunião do Conselho do HSPM
- 10** - Reunião SME- Saúde do Trabalhador
- 15** - Reunião do Fórum das Entidades dos Servidores Municipais
- 16** - Reunião do Fórum Municipal de Educação
- 22** - Reunião da Comissão de Mobilização do Fórum Municipal de Educação
- 23** - Reunião da Comissão de Aposentados
- 24** - Reunião no MO-SAP- Brasília
- 25** - Reunião do Conselho do IPREM
- 29** - Reunião do Fórum das Entidades dos Servidores Municipais
- 30** - Reunião do CREP-SINESP
- 31** - Reunião do SINESP com Dirigente DRE- Penha

Serviço Público

STF pode
avaliar a
terceirização de
atividade fim

Essa foi uma das principais preocupações apontadas no Seminário “A Terceirização no Brasil”, do qual o SINESP participou

O Seminário foi realizado em Brasília nos dias 14 e 15 de agosto. O Presidente do SINESP, João Alberto Rodrigues de Souza, representou o Sindicato a categoria no evento.

A organização foi do Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e do Grupo de Pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania”, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Entre os vários aspectos abordados, causou maior preocupação a iminência da decisão, a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com repercussão geral, sobre a constitucionalidade ou não da contratação de trabalhador terceirizado em atividade-fim nos serviços públicos e atividades privadas.

Se o tribunal assim entender, as empresas, União, Estados e Municípios poderão utilizar livremente o trabalho terceiri-

zado, em qualquer ramo ou nas atividades-meio e fim das empresas contratantes. A consequência disso será a precarização generalizada das relações de trabalho.

Uma eventual decisão do STF favorável ao recurso, com repercussão geral, é tão ou mais grave do que a aprovação do Projeto de Lei 4330-A/2004, em debate na Câmara dos Deputados, que trata da regulamentação da terceirização.

A expectativa das Entidades

Sindicais, de advogados e de magistrados, assim como dos próprios trabalhadores, considerando que a Constituição estabelece como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana e a valorização social do trabalho, é de que o STF decida contra a liberação do serviço terceirizado, por ocasião do julgamento da matéria no pleno do Tribunal.

O SINESP acompanha de perto esta questão.



PARA USO DOS CORREIOS

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou Síndico | |

REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO POSTAL EM ___/___/___

EM ___/___/___

RESPONSÁVEL _____

SINESP - SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Praça Dom José Gaspar, 30, 3º andar - CEP 01047-010 - fone: 3255 9794
Site: www.sinesp.org.br E-mail: sinesp@sinesp.org.br

Filiados na visita organizada pelo SINESP

Mala Direta Postal
Básica

9912318780-DR/SPM
SINESP

...CORREIOS...